

Pressupostos de uma Formadora em Educação Sexual

Lições da Prática. Que Rastros Temos Deixado Pelo Caminho?

Dilma Lucy de Freitas¹

Resumo

Minha experiência como professora na área da educação sexual no Sul Brasil e em Portugal vem mostrando o quanto a educação sexual na infância continua sendo tabu, bem como a existência de um quase total desconhecimento por parte dos/as educadores/as (pais, mães e professores/as) no que se refere ao trabalho de educação sexual na infância. Faço esta afirmação com base nas questões recorrentes que me são trazidas, nos encontros que tenho tido com estes/as educadores/as. Tal realidade levou-me a fazer este trabalho, buscando dialogar com alguns/as autores/as (considerando a restrita bibliografia existente nesta área, se comparada às demais relacionadas CO DILMA LUCY DE FREITAS m a sexualidade), tendo por objetivo problematizar questões que envolvem o trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória, com as crianças até seis anos. Com os autores que selecionei pretendo restringir minhas respostas a quatro questões que sintetizam aspectos recorrentes trazidos pelos/as educadores/as, a saber: Por que ainda é tão difícil considerar a criança um ser sexuado? O que essa literatura entende por um trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória na infância? Como realizar este trabalho? Por que a educação sexual na infância é um desafio que se faz urgente?

Palavras-chave: Educação sexual. Sexualidade. Infância. Sexualidade infantil.

¹ Programa de Pós-Graduação em TIC e Educação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Bolsista da Fundação de Ciência e Tecnologia – FCT. Email: dhilmalf@gmail.com

**ASSUMPTIONS OF A TRAINER IN SEX EDUCATION LESSONS FROM PRACTICE.
WHAT TRACES WE LET BY WAY?**

Abstract

My experience as a teacher in the area of sex education in southern Brazil and Portugal has shown how sex education remains taboo in childhood, as well as the existence of an almost total ignorance on the part of educators (fathers, mothers and teachers) regarding the work of childhood sexual education. I say this based on recurring issues that are brought to me, in meetings I have had with those educators. This reality led me to make this work, seeking dialogue with some authors (considering the limited existing literature in this area, compared to the other related to sexuality), aiming to discuss issues involving the intentional work of sexual education in an emancipatory perspective, with children up to six years. With the authors I selected, I intend to restrict the answers to four questions that synthesize aspects brought by the applicant educators, namely: Why is still so difficult to consider the child a sexual being? What this literature meant by a work of intentional sex education in an emancipatory perspective in childhood? How to do this work? Why sex education in childhood is an urgent challenge?

Keywords: Sex Education. Sexuality. Childhood. Child Sexuality.

Desde que concluí o meu curso de especialização em Educação Sexual pela Universidade do Estado de Santa Catarina – e já se passaram 15 anos – tenho realizado muitos trabalhos na área com os mais diferenciados grupos de pessoas, nomeadamente: crianças, jovens, pais, mães, professores/a e estudantes universitários/as. Nesses contatos venho observando e registrando que, apesar de serem pessoas de diferentes idades e de distintos níveis socioculturais e econômicos, a maioria delas tem em comum ideias pouco abertas acerca da sexualidade infantil, chegando muitas vezes a serem distorcidas ou até mesmo preconceituosas.

É notória a dificuldade de ultrapassar e superar as barreiras existentes nessa área e perceber o quanto precisamos investir em espaços de reflexão e de formação para que possamos superá-las. São muitas as mudanças ocorridas nos últimos séculos. Os avanços científicos, em especial os avanços tecnológicos, são um exemplo disto. Em se tratando da realização de trabalhos intencionais de educação sexual na infância, porém, continuamos estagnados no tempo, se compararmos com todas as mudanças que temos acompanhado em outras áreas. Ainda há enormes dificuldades para aceitação e realização de trabalhos intencionais de educação sexual na infância. Muitos/as educadores/as continuam a ver as crianças como seres “puros”, assexuados, apesar da contribuição significativa da Psicanálise, que colocou em evidência a sexualidade infantil, até então negada ou desconhecida.

Questões como as apresentadas a seguir são colocadas pelos/as educadores/as nos encontros que realizo com eles/as e denotam o que vimos dizendo acerca da dificuldade, do desconhecimento e da aceitação relativa à sexualidade infantil: A educação sexual na infância deve ou não acontecer na escola? Que assuntos podem ou devem ser discutidos com as crianças e com os jovens? Em que idade deve ser iniciada a educação sexual? É correto tomar banho junto com os/as filhos/as? Se os meninos brincarem com “coisas de meninas” não correrão o risco de se transformarem em homossexuais? Como responder às perguntas da criança sem ferir a sua “ingenuidade”? Falar com elas sobre estas “coisas” não acabará por despertar nelas um interesse por assuntos que

antes não existia? Recolhi depoimentos de muitas mães e de professores/as, a maioria jovens, que ao serem questionadas por seu/a filho/a e alunos/as sobre temas ligados à sexualidade, continuam a não responder ou mesmo a mentir. Teria muitos exemplos para apresentar, mas selecionei relatos de alguns/as educadores/as, para que os/as leitores/as possam ter uma ideia do que ainda se passa em muitas famílias e escolas.

Quando a filha de 6 anos perguntou: Mamãe, o que é virgem? A mãe respondeu-lhe: É um signo, minha filha! Outra criança perguntou a sua mãe como ela entrou na sua barriga e obteve a seguinte resposta: Foi o Menino Jesus quem te colocou na minha barriga e o doutor Alexandre quem te tirou de lá, abrindo a barriga da mamãe! Noutra ocasião uma avó contou-nos com muito pesar, que a sua filha havia dado um tapa no rosto do filhinho de cinco anos porque o menino lhe perguntou o que era ser homossexual.

Venho encontrando educadores/as perdidos/as, constringidos/as e inseguros/as, sem saber o que fazer diante de algumas das manifestações da sexualidade das crianças. Algumas destas professoras, querendo superar estas dificuldades e fazer um trabalho diferenciado, acabam por piorar ainda mais a situação. Este foi o caso da professora de uma pré-escola, aluna do curso de Pedagogia no qual eu ministrava a disciplina de Educação e Sexualidade e que contou-nos a sua história: seus/as alunos/as, que tinham por volta de 3/4 anos de idade, estavam na fase de descoberta do corpo. Ela, então, resolveu dar uma aula sobre o corpo. Perguntou aos alunos/as, que menino e que menina da sala poderia tirar a roupa, pois eles/as teriam uma aula sobre o corpo humano. Depois de alguma insistência da professora, duas crianças tiraram a roupa e ela ministrou a tal aula. Obviamente no dia seguinte o pai e a mãe das duas crianças vieram até a escola, enfurecidos. O caso foi denunciado à Secretaria de Educação do Estado e a professora foi transferida para outra escola. As colegas da disciplina, ao ouvirem tal história, olharam-me um tanto quanto perplexas, aguardando minha reação. Com muita cautela e sensibilidade, palavra-chave para quem trabalha com esta temática, tentei fazer a estudante professora e suas colegas perceberem que ela teve, de fato, boa intenção ao preparar a aula. Faltou-lhe, entretanto,

um pouco mais de leitura, informação e também de formação antes de iniciar o trabalho. Depois das discussões realizadas na disciplina, a aluna professora, que até então estava muito indignada com a posição dos pais e mães e da Secretaria de Educação, compreendeu que o engano era seu e procurou outra forma mais adequada para trabalhar esta temática com as suas crianças.

Com esta breve introdução, apresentei algumas experiências por mim vivenciadas, e também um panorama das difíceis condições em que se encontra a maioria dos/as educadores/as, no que se refere à realização de trabalhos intencionais de educação sexual na infância em uma perspectiva emancipatória. Convém destacar que a proposta de educação sexual em um modelo emancipatório, que defendo, tem como base teórica o trabalho de Nunes (1996). Este autor apresenta diversas abordagens para a educação sexual presentes nos sistemas educacionais brasileiros. Essas foram denominadas por ele de abordagens dominantes em educação sexual no Brasil e dividem-se em quatro: a médico-biologista, a normativo-institucional, a terapêutico-descompressiva e a abordagem emancipatória. A última é a que defendo e sobre a qual me aprofundarei mais adiante.

Assim, considerando minha experiência pessoal na formação de professores/as e de pais e mães e os referenciais selecionados proponho-me a responder a quatro questões:

- Por que ainda é tão difícil considerar a criança um ser sexuado?
- O que compreendemos por um trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória na infância?
- Afinal, como fazer um trabalho de educação sexual intencional numa perspectiva emancipatória?
- Por que a educação sexual na infância é um desafio que se faz urgente?

As quatro questões compilam dúvidas recorrentes entre os pais e educadores com os quais trabalhei e os referenciais teóricos me ajudarão a aprofundar alguns argumentos.

Por que ainda é tão difícil considerar a criança um ser sexuado?

Para responder a esta questão primeiramente revejo alguns conceitos que a maior parte dos/as autores/as aqui referenciados/as destaca como importantes e que são fundantes para a argumentação das questões subsequentes apresentadas ao longo do artigo. Na resposta desta primeira questão discutirei os conceitos de sexualidade e sexo e retomarei a concepção de infância em Ariès (1973).

Segundo Nunes e Silva (1987), Suplicy (1999), Haffner (2005), Del Rio (2008) e Figueiró (2009), uma das razões pelas quais ainda há dificuldade por grande parte dos/as educadores/as em considerar a criança um ser sexuado e em realizar trabalhos intencionais de educação sexual com elas é o fato de confundirem os conceitos de sexualidade e sexo, reduzindo-os apenas aos órgãos genitais e às relações sexuais. A sexualidade engloba os órgãos sexuais e as relações sexuais, mas não se restringe a eles. Para Haffner (2005, p.30), a sexualidade “abarca os conhecimentos, as crenças as atitudes, os valores e os comportamentos sexuais do indivíduo”. Para Del Rio (2010, p. 7.):

A sexualidade envolve toda a pessoa, é o modo próprio de ver, sentir e viver o facto de sermos sexuados (sermos homem ou mulher), a forma como nos relacionamos com o/a companheiro/a, com um familiar, com um amigo ou amiga, a relação como homens e mulheres que somos.

Nunes (1987) vem contribuir com estas afirmações, observando que *as relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores e que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes.*

Partindo dessa ideia mais abrangente sobre sexualidade, parece-nos ficar mais claro que o sexo faz parte da sexualidade. O sexo, por sua vez, comumente é entendido como sendo nossa marca biológica, enquanto a sexualidade é nossa marca cultural. Para Guimarães (1995, p.24), o sexo:

É relativo ao fato natural, hereditário, biológico, da diferença física entre o homem e a mulher e da atração de um pelo outro para reprodução. No mundo moderno, o significado dominante do termo passa a ser “fazer sexo”, referindo-se às relações físicas para o prazer sexual. No senso comum é: “relação sexual”, “orgasmo”, “órgão genital”, “pênis”.

Assim, depreende-se que o conceito de sexualidade é mais abrangente e vai para além do aspecto biológico do sexo. Ele inclui os aspectos morais, éticos, estéticos, religiosos e culturais. A sexualidade refere-se à construção, reconstrução dos valores dos aspectos supracitados. Suplicy (1999, p.18) chamamos a atenção para o fato de que “a sexualidade no ser humano é aprendida e, portanto, construída”. Este é sem dúvida um fator de importante destaque, pois se entendemos que a sexualidade é aprendida e, portanto, construída, devemos compreender também que cada um de nós faz parte deste aprendizado e, conseqüentemente, faz parte também deste processo de construção, que acontece pela educação em valores. A sexualidade no mundo ocidental, que foi historicamente construída sob as bases da repressão, pode igualmente ser modificada e reconstruída a partir de novas bases, as bases da emancipação. Mais adiante retomarei a ideia de repressão relacionada à sexualidade.

Enquanto não caminarmos para uma nova direção, repetiremos a mesma abordagem de educação sexual que recebemos, ou seja, uma educação sexual repressora e continuaremos desconsiderando a sexualidade infantil. Talvez até possamos pensar: mas hoje em dia as coisas já não são mais assim. O sexo há muito tempo já não é mais secreto e a repressão sexual também já não acontece. O que vemos hoje é quase uma total liberação sexual. Vemos, por exemplo, diariamente o assunto ser explorado nas mídias, vemos os/as jovens vivendo o sexo sem tantos tabus, vemos as mulheres tendo muito mais liberdade sexual do que antes, etc. O que aparentemente parece ser uma liberação sexual, no

entanto, é, na realidade, outra forma de repressão sexual. As coisas mudaram é verdade, mas o modelo repressor continua presente. Em seguida apresento um exemplo para clarear esta questão. No tempo em que eu era uma jovem da classe média em Florianópolis (e passaram-se apenas 35 anos), a virgindade era um “valor”. Nenhuma moça que quisesse ser respeitada ou ainda mais, que quisesse encontrar “um marido”, deveria correr o risco de “perder a virgindade” antes do casamento. Se alguma moça o fazia, deveria mantê-lo o máximo em segredo, pois era mesmo uma vergonha. Atualmente a virgindade já não é um valor no local onde vivi e nem mesmo em muitas outras localidades no Brasil, é verdade (com exceção de algumas culturas, como a dos ciganos). Hoje, no entanto, contrariamente ao que era no meu tempo, uma jovem que ainda “não perdeu a virgindade” até os 18 anos (em média), tem vergonha de dizê-lo. Continuamos a viver a repressão sexual, contudo, agora ela tem outra configuração, pois ainda não somos livres para tomar a decisão que melhor nos convier. Ter ou não a primeira relação sexual deve ser uma escolha pessoal e nunca uma pressão social/cultural para fazê-lo ou não. Vivemos hoje o que Nunes (1987) chama de descompressão sexual. Fruto das mudanças econômicas sofridas, culminando com a hegemonia do sistema capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial, tudo virou mercadoria de consumo, inclusive o sexo. Foram vários os movimentos de contestação e em todos eles o grito da libertação sexual estava presente. Segundo Nunes (1987, p. 98), porém,

o capitalismo apreendeu a sexualidade como o grande grito e incorporou-a a sua máquina de consumo: toda propaganda passa a falar de sexo, a estimular e a referir-se aos anseios sexuais de nosso tempo. Até mesmo as coisas mais simples são vendidas com o distintivo do sexo. A luta da mulher é estigmatizada e ela passa a ser a “garota-propaganda” do consumismo. Seu próprio corpo é consumido.

Convém ressaltar que não estou negando que houve maior liberação sexual apesar do modelo consumista do sexo. Nunes (1987) vai além e sugere que “houve também maior liberdade sexual, espaços conquistados pelas mulheres, pelos homossexuais e outros grupos. Houve uma contestação da juventude na

música, no comportamento, na própria vivência de novas formas de relacionamento” (p. 98), mas estes avanços ainda não nos levaram a viver o sexo de forma verdadeiramente tranquila, responsável e emancipada.

É por vivermos ainda este modelo repressor da sexualidade que muitos/as educadores/as continuam temendo realizar um trabalho intencional de educação sexual na infância, por acharem que este trabalho poderá ferir a “pureza” das crianças ou despertá-las precocemente para questões que lhes são “impróprias”. O trabalho intencional de educação sexual será abordado em outra questão. Convém aqui lembrar que esta concepção de pureza infantil e a tradição repressora em relação à sexualidade infantil não existiram desde sempre. Elas foram culturalmente construídas e expandidas a partir de meados do século 17. Isto porque, segundo Ariès (1973), antes desse período, entre os séculos 16 e 17, a infância era praticamente ignorada e as crianças eram tratadas como adultos em miniatura e sem tantos pudores. Por mais estranho e chocante que possa nos parecer atualmente, a pedofilia e as brincadeiras sexuais entre adultos e crianças eram comuns naquele período, segundo esse autor. A concepção de infância daquela época não era a mesma que temos hoje. Não havia estágios de vida tão demarcados como os que temos hoje e a vida de todos, adultos e crianças, misturava-se. Ariès (1973) evidencia que somente entre o final da Idade Média e os séculos 16 e 17 se tornaram mais significativos os sinais de desenvolvimento de sentimento para com a infância. Isto porque alguns costumes começaram a mudar, tais como os modos de se vestir, a preocupação com a educação, bem como separação das crianças de classes sociais diferentes. Esta atenção que passou a ser dada agora à criança, porém, não significou fazer dela o centro das atenções da família.

Os estudos sobre a infância vêm demonstrando que na história da cultura ocidental a criança não teve um espaço de valorização. Sustento minha afirmação a partir de Nunes e Silva (1997, p. 14), quando referem que “nossas tradições pedagógicas e institucionais, sobretudo centradas na família e na escola, sempre enfocaram a infância sobre elementos negativos, autoritários e restritivos”. Estes mesmos autores argumentam que são várias as figuras de linguagem, como me-

táforas relativas à infância, que revelam a forte vinculação existente ainda nos dias de hoje que marcam os “pressupostos causais entre repressão e educação das crianças” (p. 15), por exemplo: “o educador modela a criança como o barro nas mãos do oleiro”, ou “é de pequenino que se torce o pepino” (p. 14).

Foucault (1988) chama-nos a atenção para o fato de que, a partir desta repressão e educação das crianças, teve início a introdução de rígidas e perversas estratégias objetivando a disciplinarização da sexualidade infantil, em especial em relação ao que chamou de “pedagogização do sexo” da criança. Para ele a:

Dupla afirmação, de quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos (p. 115).

Parece-me que esta “pedagogização do sexo” da criança, continua sendo colocada em prática nos dias de hoje. Talvez de forma menos intensa, mais sutil ou mesmo inconsciente, mas a percebo presente, por exemplo, por meio do conflito manifestado pelos/as educadores/as, entre o que é “natural” e o que é “contra natureza” quando se deparam com as manifestações da sexualidade infantil ou quando estes/as educadores/as manifestam seus receios ou dúvidas como as que foram expostas na introdução deste trabalho. Talvez, por esta razão, o toque nos genitais por parte das crianças seja ainda uma das manifestações que mais nos causam espanto e preocupação.

Encontrei em Werebe (1998) algumas referências históricas que corroboram meus argumentos. Dentre elas trago a referência feita ao grande filósofo relatando que:

Para Rousseau, era necessário eliminar completamente o caráter sexual do meio em que vive a criança, para preservar a sua “suposta” inocência, despidendo-a de todo elemento sexual, recusando-lhe o direito de ter uma sexualidade. Sua influência foi muito importante no estabelecimento de uma pedagogia repressiva no domínio da sexualidade (p.161).

Apesar disso, minha experiência sugere que a pedagogização da sexualidade infantil e todas as tentativas de “preservar a suposta inocência” da criança não surtiu muito efeito diante do que “não tem governo, nem nunca terá”, como conta Chico Buarque na música *À Flor da Pele*. afirmo isso diante das várias situações que vimos vivenciando diariamente nas nossas casas e nas nossas famílias, no que se refere às manifestações da sexualidade infantil e adolescente. Apenas para ilustrar, trago aqui outro caso vivenciado por mim que revela a falta de controle sobre estas manifestações (o que é muito positivo para as crianças) e a falta de habilidade dos/as educadores/as para lidar com elas. Em certa ocasião fui convidada a ir a uma escola para dar orientações sobre a seguinte situação: uma professora da Educação Infantil encontrou dois meninos no banheiro, um mexendo no pênis do outro. A preocupação era grande e as dúvidas também. As professoras queriam saber se deveriam ou não chamar os pais das crianças para contar-lhes o ocorrido; como deveriam agir diante destas situações, pois já haviam se deparado com mais “casos destes” na escola e estavam preocupadas ainda com tentativas de rotulações desses/as estudantes.

Enfim, as reflexões aqui apresentadas e exemplificadas mostram porque ainda é tão difícil para muitos/as educadores/as considerarem a criança como um ser sexuado e lidarem de forma tranquila com as manifestações da sexualidade infantil. As marcas da repressão sexual no mundo ocidental ainda são enormes e sabemos que não é fácil superá-las. Penso, entretanto, ser importante agora clarificar o conceito de educação sexual intencional numa perspectiva emancipatória, entendendo que este é um caminho possível para a superação dessa repressão sexual e para a compreensão e aceitação da criança como um ser sexuado.

O que compreendemos por um trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória na infância?

Para responder a esta segunda questão deter-me-ei no detalhamento acerca dos conceitos aqui utilizados, que são os de: Educação Sexual de intencionalidade (diferindo-a da Educação Sexual não intencional); e de emancipação, para discutir a perspectiva da Educação Sexual Intencional na Perspectiva Emancipatória.

Para Werebe (1998, p. 139),

a educação sexual compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade.

Assim como Werebe, Nunes (1987), Guimarães (1995), Ribeiro (2004) e Figueiró (2001) dentre tantos outros (as) autores que tratam desta temática, compactuo com a ideia de que a educação sexual se faz pela construção de valores éticos, morais, religiosos e culturais relativos à vivência do sexo. Tudo o que é ensinado às crianças e aos jovens sobre o que “pode” e o que “não pode”, o “certo” e o “errado”, o que “deve” e o que “não deve” ser falado, pensado ou vivido em relação ao sexo, à percepção do corpo e dos papéis de gênero, é o que entendo ser um trabalho de educação sexual. Estes valores, que têm a ver com a sociedade, o momento histórico e a cultura de cada um/a, são constituídos e construídos desde o nascimento e continuam por toda a vida, pois o tempo todo educamos e somos educados/as em nossas relações sociais: família, amigos/as, meios de comunicação e também pela escola. Afinal, a educação é um processo permanente. E, Werebe (1998, p.139) salienta também que

a educação sexual, num sentido amplo, processo global, não intencional, sempre existiu, em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e as culturas.

Compactuo com esta compreensão acerca da educação sexual não intencional. Ela acontece no dia a dia, nas nossas relações diárias e pelas quais performatizamos os valores difundidos na cultura em que vivemos e da educação sexual que se constitui ali. Tal educação é realizada com palavras, ações intencionais ou olhares, os gestos, expressão dos sentimentos, atitudes, exemplos que propiciamos para os/as outros/as e até mesmo por coisas sobre as quais não falamos, ou seja, pelo silêncio. Silêncio que, segundo Goldberg (1988, p. 93), “já indica um compromisso terrível: o de não comprometer-se com a transformação da ordem para que tudo continue como está”. E que para Nunes (1987, p. 116), muitas vezes “é a medida da repressão”.

Na cultura ocidental a história da sexualidade foi construída a partir de valores repressores e preconceituosos, repletos de mitos e tabus, como já vimos anteriormente, muitos pais, mães e professores/as perpetuam para seus/as filhos/as e alunos/as estes mesmos valores repressores e preconceituosos que os constituíram. Como muito bem salienta Werebe (1998, p. 149), “os pais carregam da infância a marca de sua própria sexualidade que é revivida na sexualidade infantil dos filhos”. Esta mesma autora considera como sendo a educação sexual realizada pela família, talvez, a mais importante e decisiva dentre todas, pois que ela é a responsável pelo “desenvolvimento de opiniões, atitudes e comportamentos no domínio da sexualidade da criança e do jovem” (p.139). Além disso, Werebe (1998), Nunes (1987), Guimarães (1995) e Figueiró (2001) salientam que a escola, em todos os conteúdos disciplinares, e não apenas em Ciências ou Biologia, pelo silêncio deliberado que muitas vezes mantém sobre tudo que se relaciona à sexualidade, bem como da maneira como o/a professor/a se coloca, age ou expressa suas ideias e da forma como trata os alunos e as alunas, também realiza trabalhos não intencionais de educação sexual. Muitas vezes estes/as educadores/as não têm clareza de que estão fazendo um trabalho de educação sexual. Nas formações que tenho ministrado aos professores/as, costumo perguntar intencionalmente: Quem já realizou ou realiza trabalhos de educação sexual com seus/as alunos/as ou mesmo com seus/as filhos? A maioria deles/as relata que não realizou e nem realiza trabalhos de educação sexual, com poucas exceções (geralmente os/as professores/as de Ciências e Biologia), no

entanto à medida que vamos clarificando o conceito de educação sexual, eles/as começam a perceber que sempre realizaram trabalhos não intencionais de educação sexual e, infelizmente, a maioria deles/as ainda o fez (e o faz) adotando o modelo repressor de educação sexual.

No trabalho intencional de educação sexual, diferentemente do trabalho não intencional, os/as educadores/as têm clareza de o estarem realizando assim como a forma como o conduzem. Geralmente este tipo de trabalho é realizado no ambiente escolar porque pressupõe que haja objetivos claros a atingir, uma programação e uma metodologia definidas, um grupo de professores/as devidamente preparados/a e com alguma formação na área. O trabalho intencional de educação numa perspectiva emancipatória, entretanto, pode também ser realizado pela família quando esta tem clareza dos valores que quer constituir com seus filhos e filhas. Para isso é importante que o casal converse aberta e francamente sobre o assunto, leia a respeito dos temas, reveja os seus conceitos e preconceitos, frutos da educação que receberam e que abram espaço de diálogo franco dentro da família.

Para evidenciar as diferenças entre educação sexual não intencional e intencional, retomo aqui o exemplo da mãe que bateu no rosto do seu filho porque este lhe perguntou o que era ser homossexual. De forma não intencional, ela fez um trabalho de educação sexual com o menino quando lhe bateu no rosto. Ela ensinou-lhe, por exemplo, que ele não pode confiar nela nem fazer-lhe perguntas sobre temas ligados à sexualidade ou ainda que a homossexualidade é uma coisa feia e sobre a qual não se deve falar. Se esta mãe resolvesse fazer um trabalho intencional de educação sexual, ela poderia, por exemplo, sentar com o seu filho e encontrar uma forma tranquila, afetuosa e muito simples de lhe explicar que os homossexuais são as pessoas que amam as pessoas do mesmo sexo que o seu. São homens que amam outros homens e mulheres que amam outras mulheres. Poderia também complementar dizendo que na nossa sociedade ainda há pessoas que têm dificuldade para aceitar isso, mas poderia dizer que a família preza e respeita as diferentes formas das pessoas serem e amarem.

Depois de ter conceituado o que compreendo por educação sexual intencional, passo agora a conceituar o que entendo por uma educação sexual intencional numa perspectiva emancipatória. O termo emancipação tem sido bastante utilizado, porém é polissêmico. A maioria dos significados está relacionada com autonomia, independência, liberdade, responsabilidade, dentre outras coisas. O conceito de emancipação que defendo está fundamentado no trabalho de Nunes e Silva (1997, p. 136), que explicitam que a educação sexual nessa perspectiva deve

ser científica, crítica, criativa, e ao mesmo tempo cultural e politicamente aberta e livre. A crítica histórica dos papéis sexuais nos permite dizer que só é possível criar uma concepção ampla da sexualidade nas crianças e jovens por aqueles que acreditam na liberdade, a liberdade dos homens e das pessoas assumirem com plenitude seu papel único de sujeitos.

A perspectiva emancipatória na educação sexual deve necessariamente rever criticamente a norma sexual hegemônica repressiva, vigente na nossa cultura para criticá-la/problematizá-la. Segundo Figueiró (2001), a educação sexual numa perspectiva emancipatória ou “combativa” abrange uma abordagem política e um compromisso com a transformação social. Esta mesma autora, no entanto, chama-nos a atenção para o fato de que só é possível realizar estas transformações sociais quando compreendemos os padrões e normas sexuais de nossa sociedade. E ainda mais, “é preciso entender como os padrões e normas sexuais foram mudando ao longo da história do nosso país, buscando a relação com todos os acontecimentos sociais, econômicos e políticos de cada época” (p. 93). Daí a importância e a necessidade de conhecermos a história da sexualidade para podermos contextualizar e fazer a crítica aos nossos padrões morais/sexuais dominantes.

Um trabalho de educação sexual intencional numa perspectiva emancipatória é aquele em que a família e a escola, de forma consciente, por meio do diálogo aberto e da informação coerente, livre de preconceitos e adequada a cada faixa etária, conduzem o processo de educação de suas crianças e jovens, tornando-os mais informados/as, mais críticos e mais responsáveis por suas

atitudes e suas escolhas. Significa educar as crianças e os jovens para que se tornem adultos sexualmente saudáveis, que segundo Werebe (1998, p.186) “requer a integração de fatores psicológicos; físicos, sociais, culturais, econômicos, educacionais e espirituais”. O que significa, ainda segundo a autora, “aceitar o próprio corpo, manter relações interpessoais, interagir com os dois sexos de maneira respeitosa e apropriada, expressar afeto, amor, intimidade de maneira consciente com seus próprios valores” (p.186). Isto inclui também, educar as crianças e os jovens para a vivência de uma sexualidade responsável, equilibrada, afetiva e livre de coações, discriminações e preconceitos. Importante reforçar que um trabalho de educação sexual numa perspectiva emancipatória poderá considerar os aspectos biológicos relativos à sexualidade, mas também e principalmente os seus aspectos culturais, políticos, religiosos e éticos. A partir das discussões conceituais de educação sexual, intencionalidade e emancipação, estabelecimento, então, a terceira questão.

Como fazer um trabalho de educação sexual intencional numa perspectiva emancipatória?

Para responder a terceira questão estabeleci seis pressupostos para a educação sexual, no entanto o primeiro aspecto que pretendo esclarecer é que não há formas ou regras preestabelecidas para a realização deste trabalho. Talvez isso possa decepcionar um pouco o leitor, pois a minha experiência leva-me a relatar que os/as educadores/as estão ávidos/as por receitas que satisfaçam as suas dificuldades pessoais em lidar com as manifestações da sexualidade infantil de forma tranquila e assertiva. Os/as pesquisadores/as na área corroboram com a minha compreensão de que não há uma fórmula, porque cada família e cada escola deve criar a sua própria, a partir da identificação e problematização de seus valores morais, éticos, religiosos e culturais. A condução decidida para uma determinada família pode não servir para outra por terem diferentes pontos de vista e de valores. O mesmo acontece com a escola, sendo um pouco mais complicado, considerando-se a multiplicidade de valores existentes no seu interior. Há, contudo, alguns pressupostos que poderão contribuir para que os/as

educadores/as encontrem os seus próprios caminhos na realização de trabalhos intencionais de educação sexual numa perspectiva emancipatória. Passo a discurrir sobre cada um deles, detendo-me mais nuns do que noutros, em virtude de minha experiência como educadora atenta às necessidades da família e da escola. Convém salientar que não tive a intenção de colocá-los por ordem de prioridade, pois entendo serem todos eles de igual importância, procurei apenas didatizar a informação.

O primeiro pressuposto é o da importância da conscientização e reconhecimento das diferenças entre os conceitos de sexo e sexualidade. Se tivermos clareza de que a sexualidade extrapola as relações sexuais e tem a ver com as relações de afetos, com as diferentes formas de ser homem e de ser mulher ou qualquer outra forma de transgênero,² com as diferentes formas de perceber e desvelar o corpo, com o prazer que não é somente o sexual, dentre outros aspectos, possivelmente ampliaremos nosso conceito do que seja realizar um trabalho de educação sexual. Deste modo teremos a possibilidade de ficar mais tranquilos e abertos à realização de trabalhos intencionais de educação sexual com as crianças.

O segundo pressuposto, tão importante quanto o primeiro, refere-se à necessidade de revermos nossos conceitos e preconceitos em relação à sexualidade. Por inferir como Nunes (1987, p.16) que “toda a educação sexual implica uma reeducação sexual, e envolve pessoas, valores e comportamentos”, considero de suma importância reavaliar a educação sexual que recebemos e de pensar sobre a educação sexual que queremos realizar com as nossas crianças. Para que isto aconteça na família reforço a necessidade de um diálogo aberto entre o casal. É importante ressaltar que a prática do sexo não está vinculada a diálogos sobre sexo. Assim, poucos são os/as parceiros/as que têm uma verdadeira intimidade

² “Indivíduos transgêneros são pessoas que, por todas as características biológicas conhecidas, são do sexo masculino ou feminino, mas se sentem como um membro do sexo oposto. O desconforto que sofrem é chamado de disforia de gênero”. Homomento: Notícias e Cultura LGBT sem apelação. Disponível em: <<http://homomento.wordpress.com/tag/transgeneros/>>. Acesso em: 18 set. 2012.

para conversar sobre estas questões. Minha sugestão é a de que troquem ideias sobre questões do tipo: Com quem conversavam sobre estas questões quando eram crianças? Quais eram as suas dúvidas? Que situações vivenciaram e que lhes deixaram marcas? Que tipos de preconceitos lhes foram transmitidos? Que modelos de homem e de mulher estão transmitindo aos seus/as filhos/as? O que pensam sobre a diversidade sexual? O que já ouviram ou já leram sobre a sexualidade infantil? Que situações já vivenciaram relativas à sexualidade de seu/a filho/as e como reagiram? O que está bem e o que poderia ser melhorado na vida íntima do casal?

Um trabalho se caracteriza como intencional na educação sexual em uma perspectiva emancipatória se olharmos para nós mesmos, revendo valores e identificando aqueles que não respeitam os direitos sexuais de todos os seres humanos, com o intuito de eliminá-los. Werebe (1998, p. 148) alerta que “os pais educam mais pelo que fazem do que pelo que dizem”. Os pais e as mães são os/as primeiros/as educadores/as da criança e muitas vezes não percebem a importância das palavras que utilizam, dos exemplos que dão, das atitudes que tomam diante de determinadas situações.

Para ilustrar o alerta da autora, pensemos sobre uma pergunta recorrente entre pais e mães nas formações que ministro e que se refere à pertinência ou não de tomar banho junto com as crianças. Suplicy (1999) e Silva (2010) sugerem que aqueles casais que lidam bem com o seu corpo e se sentem confortáveis tomando banho com as crianças, que continuem a fazê-lo. De acordo com Suplicy (1999), a nudez deve ser encarada de forma educativa para que a criança veja o corpo do pai e da mãe e perceba as diferenças entre os sexos, pois isso é importante para o amadurecimento da sua identidade sexual. Se, no entanto, a nudez diante da criança for difícil para o casal, então não devem fazê-lo. Falsar a naturalidade não é recomendável, pois as crianças são excelentes leitoras do nosso comportamento e logo perceberão que alguma coisa não está bem. Nestes casos, seria melhor usar livros para mostrar às crianças as diferenças entre os sexos.

A escola poderia apoiar a família nesse processo de revisão dos conhecimentos e reavaliação de valores, pois é compreensível que pais e mães sintam-se perdidos/as e inseguros/as. Partindo do princípio de que não há escolas para formar pais e mães, mas há escolas para formar professores/as, estas deveriam formá-los/as também no que respeita ao trabalho de educação sexual (ou deveriam formá-los). Assim, a escola poderia colaborar de forma significativa com o grupo familiar, abrindo espaços que possibilitem trazer mais informações à família com palestras, grupos de estudo, exposições e desenvolvimento de projetos nesta área. A família deveria mesmo exigir esse tipo de contribuição da escola, pois isto faz parte (ou deveria fazer) do seu papel de formadora de cidadãos críticos, autônomos e responsáveis. Embora tenhamos consciência de que a escola possui limitações, eu não as abordarei, pois isso exigiria uma ampla discussão que foge ao escopo deste artigo.

Um terceiro pressuposto refere-se à forma como devemos compreender a sexualidade infantil. Para tanto, começo pela afirmação de Del Rio (2010, p. 8) ressaltando que

quando falamos de sexualidade infantil, falamos de meninos e meninas cujos órgãos genitais estão pouco desenvolvidos e cujos caracteres sexuais secundários ainda não surgiram: a quantidade de hormonas sexuais no sangue é muito pequena. Esta, entre outras influências, faz com que a pulsão sexual seja menos específica e vigorada durante a infância.

Isto significa dizer que a sensação de prazer que a criança sente não tem o mesmo significado que as sensações sentidas por um adulto. A sexualidade infantil é diferente da sexualidade adulta e não podemos nem devemos referenciá-la a partir da sexualidade adulta. Nunes e Silva (1997), Suplicy (1999), Haffner (2005), e Silva (2010) sustentam que é por meio das brincadeiras que a sexualidade infantil se desenvolve. Para Del Rio (2010, p. 8), “a sexualidade infantil desenvolve-se e se expressa fundamentalmente pela curiosidade (observação, autodescoberta, manipulação dos genitais, bisbilhotice ou perguntas) e o jogo (exploração, imitação e identificação)”. Ao olharmos para a sexualidade infantil usando as mesmas lentes com que olhamos a sexualidade adulta, cor-

remos o risco de cometer sérios enganos. O caso das professoras que estavam muito preocupadas ao terem se deparado com um menino mexendo no pênis do outro confirma o que digo. Se elas compreendessem que a sexualidade infantil é diferente da sexualidade adulta, provavelmente saberiam lidar de forma menos estigmatizada com a situação. Compreenderiam que a curiosidade é uma característica da sexualidade infantil e que as crianças estavam descobrindo/explorando algo que era novo para elas. Iriam ainda desconstruir a ideia de que isto “leva à” homossexualidade, conforme afirma Silva (2010, p. 93):

Crianças homossexuais, ou com tendências a, é algo difícil de ser afirmado. Se o desejo homossexual existe, só podemos reconhecê-lo a partir de alguma identificação e atração sexual. Ao contrário do que se parece, a atitude infantil não é indício que comprove uma afirmação no que se refere à homossexualidade. É indício sim, de seu mundo em constituição, de seu existir por meio do brincar.

Os/as educadores/as devem ter ciência de que a “maldade”, o “pecado”, o “feio”, o “sujo”, o “certo” e o “errado” no que se refere à sexualidade são conceitos que não fazem sentido para a criança. Somos nós, adultos, que, com nosso olhar dicotômico e polarizado entre dois extremos, repassamos estes conceitos a elas quando realizamos um trabalho de educação sexual no modelo repressor.

Para mudar o modelo de repressor para intencional emancipatório as professoras poderiam ter aproveitado o episódio dos meninos no banheiro para explicar-lhes uma série de coisas. Por exemplo: mostrar-lhes figuras de corpos masculinos e femininos em livrinhos, ou com jogos e bonecos, para que satisfizessem a sua curiosidade (jamais expondo as crianças como fez a professora que pediu ao casal de alunos para tirar a roupa na sala); poderiam trabalhar a questão do “público e do privado” ou ainda trabalhar a prevenção contra violência sexual infantil, explicando sobre quem pode ou não pode tocar no seu corpo.

Um quarto pressuposto é o de que todos nós somos educadores/as sexuais. Quer queiramos ou não, quer tenhamos consciência disto ou não, sempre realizamos um trabalho de educação sexual, como já vimos anteriormente. Considerando isso, é preciso decidir de que forma queremos realizá-lo: de forma inconsciente/não intencional, de forma consciente/intencional, utilizando um modelo repressor ou emancipatório?

Os quatro pressupostos mencionados até o momento servem para reflexão dos pais, das mães; dos/as professores/as, ou de qualquer um de nós, pois todos/as somos, antes de tudo, educadores/as neste quesito.

Um quinto pressuposto está mais diretamente relacionado os/as professores/as e à escola, porém serve de reflexão também para as famílias. Ele tem a ver com a consciência de que não somos neutros quando lidamos com os valores relativos à sexualidade. A colocação deste pressuposto refere-se a uma pergunta recorrente por parte dos/as professores/as, qual seja: Como fazer um trabalho de educação sexual intencional numa perspectiva emancipatória com as crianças sem ir de encontro aos valores de suas famílias? Esta questão é trazida com mais ênfase ainda quando referimos que nesse trabalho é necessário evitar colocar valores pessoais nas crianças e nas famílias. Sabemos, porém, que considerar a multiplicidade de valores existentes dentro da escola e não confrontá-los não é, com certeza, um desafio fácil. Werebe (1998), no entanto, vem nos ajudar neste impasse quando destaca muito claramente que “nenhuma ação educativa pode ser neutra, na medida em que constitui um processo de influência social que se estabelece nas relações entre o educador e o educando” (p.184). Devemos ter clareza de que não somos neutros e que em toda informação que discutimos, seja ela verbal ou não verbal, temos a intenção, consciente ou inconscientemente, de influenciar o/a outro/a. Isto não significa dizer que possamos indicar para nossos/as educando/as e para suas famílias as normas e valores ou caminhos relativos à sexualidade que consideramos corretos, mas significa dizer que devemos estar mais atentos as nossas palavras, posturas, expressões, bem como aos nossos conceitos e pré-conceitos. Nosso papel de educadores/as sexuais numa perspectiva emancipatória deve ser o de respeitar os diferentes valores existentes

e abrir espaços pelos quais as crianças (e suas famílias) possam conhecer esses diferentes valores, refletir sobre eles e aprender a respeitá-los. Suplicy (1999, p. 23) contribui com tais reflexões alertando que “um dos maiores valores da informação sobre o sexo é dar condições à criança de pensar sobre o assunto”. É importante tranquilizar as famílias e informar que o papel da escola é o de contribuir para que as crianças conheçam e compreendam a diversidade de valores relativos à sexualidade e que aprendam a respeitá-los desde cedo. Por outro lado, para que isso aconteça o/a professor/a precisa estar atento ao seu processo pessoal de “reeducação sexual”, evitando dessa forma alguma situação constrangedora para si e para as crianças, arriscando-se a prejudicar a perspectiva emancipatória do trabalho.

Sexto e último pressuposto: a educação sexual na infância é feita mais pelo contato afetivo e pelos exemplos do que por “aulas de educação sexual” sistematizadas. É comum as pessoas ficarem surpresas quando insisto na necessidade de iniciar o trabalho de educação na infância por considerar que este é o período mais importante e rico para fazê-lo. Costumo afirmar sempre que se tivesse de optar por trabalhar nesta área somente com um grupo de pessoas, eu certamente escolheria trabalhar apenas com os pais, as mães e os/as professores/as da Educação Infantil. Na adolescência é muito importante também a realização desse trabalho (e muito gratificante), mas se ele comesse na infância talvez tivéssemos menos “urgência” e dificuldades para fazê-lo na adolescência.

É na infância que se formam os vínculos afetivos que servirão de base para a vivência da sexualidade adulta, sendo ainda os primeiros anos de vida relevantes na formação da personalidade humana. O trabalho de educação sexual na infância começa por meio do contato físico, quando seguramos, beijamos, abraçamos, tocamos, enfim, quando cuidamos do bebê. O nosso olhar, o tom da nossa voz, a forma como lidamos com a higienização do bebê, com o seu choro, a reação as suas descobertas corporais, terão influência no desenvolvimento da sua capacidade de ter intimidade física e prazer. De forma muito sucinta podemos dizer que neste período de zero a dois anos, o trabalho de educação sexual é feito basicamente por meio da formação de vínculos afetivos com os/as seus/

as cuidadores/as (mãe, pai, avós, babás, professoras, etc.). Segundo Suplicy (1999), Haffner (2005), Silva (2010) e Del Rio (2010), é nesta fase que são construídos os primeiros alicerces da vida afetivo-sexual. Penso ser relevante destacar que, nesse período, inicia-se o também o aprendizado acerca dos papéis sexuais relacionando cores para distinguir os sexos (o rosa e o azul), brinquedos e forma como tratam as crianças (tom de voz, carinhos, doçura, atenção, mimos devem ser iguais para meninos e meninas). Muitos/as educadores/as não têm a noção de que pela forma como o lidam com o bebê, estão fazendo um trabalho de educação sexual (que pode ser intencional ou não).

Fazer um trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória a partir dos 2 anos de idade, para além de continuar a cuidar da vinculação afetiva, é: i) lidar de forma tranquila com as descobertas relativas ao corpo da criança (toque nos genitais, controle dos esfíncteres); ii) ensinar os nomes corretos de todas as partes do corpo, incluindo os nomes dos genitais; iii) responder às perguntas das crianças com sinceridade, naturalidade e simplicidade; iv) entender que é pelo “brincar” que a criança descobre o mundo e constrói habilidades importantes para a vida adulta. Com essas brincadeiras ela satisfaz as suas curiosidades (imitação de comportamentos adultos: namoro, brincar de casinha, de guerra, de médico); v) dispensar o mesmo tratamento afetivo para meninos e meninas, cuidando para não reproduzir os estereótipos de gênero; vi) oferecer possibilidade de brinquedos, brincadeiras e de liberdade de expressão de sentimentos para ambos os sexos; vii) estar atento/a às necessidades e curiosidades das crianças (perguntas, gestos, brincadeiras) acompanhando-as e valorizando-as; viii) prestar atenção a algum comportamento ou brincadeira estranha, diferente, incomum para a idade, que podem indicar que a criança esteja sendo vítima de algum tipo de abuso sexual; ix) promover atividades pelas quais as crianças possam expressar e falar de sentimentos (amor, carinho, raiva, alegria, tristeza) e, x) procurar estar informado/a acerca das etapas do desenvolvimento infantil, com leituras e com a participação em palestras e formações.

Ao apresentar esta breve síntese do que considero ser um trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória com crianças até seis anos, bem como os seis pressupostos para que os/as educadores/as encontrem os seus próprios caminhos na realização desses trabalhos, espero ter colaborado para desmitificar o que seja a educação sexual na infância, bem como para desvelar novas possibilidades aos educadores/as.

Até agora refletimos sobre as dificuldades que muitos educadores/as ainda têm em considerar a criança um ser sexuado; sobre o que entendo por um trabalho intencional de educação sexual na escola e sobre alguns pressupostos que considero importantes de serem levados em conta para a realização de um trabalho na perspectiva emancipatória, para fechar e, pensando na dificuldade de pais, mães e professores/as entenderem a necessidade de se pensar a educação sexual na infância, gostaria de propor e tentar responder a uma questão final:

Por que a educação sexual na infância é um desafio que se faz urgente?

Nesta resposta pretendo listar algumas contribuições da educação sexual na infância. Entendo que o objetivo geral da educação é a formação integral do ser humano e não é possível falar em formação integral sem incluir a sexualidade, que é uma porção importante e significativa dimensão humana. Assim sendo, nem a escola ou a família podem ou devem fugir a esta responsabilidade.

Realizar um trabalho intencional de educação sexual numa perspectiva emancipatória na infância é um desafio que se faz urgente. Os exemplos apresentados ao longo do texto, oriundos de minha experiência de vida, colocados ao lado de quaisquer dados estatísticos³ relativos à violência doméstica, à violência sexual, à violência existente no mundo masculino, à gravidez não planejada na adolescência, ao número de casos de AIDS, ao aumento dos casos

³ O objetivo deste artigo não é apresentar dados estatísticos sobre os problemas mencionados, mas apenas sugerir que há inúmeros dados que corroboram o argumento do texto.

de divórcio, ao alto índice de anorgasmia⁴ nas mulheres, dentre tantos outros dados, são evidências suficientes de que o modelo repressor de educação sexual não contribuiu para a vivência de uma sexualidade tranquila, responsável e prazerosa. Para Suplicy (1999, p. 220), “ao contrário do que muitos imaginam, dar informações completas não coloca em risco a segurança de uma criança nem a estimula sexualmente. A ignorância é que gera culpa, ansiedade e induz a uma experimentação com consequências negativas”.

A realização deste trabalho na infância é importante e urgente porque pode contribuir para: i) aumentar a intimidade e a afetividade entre pais, mães e filhos/as; professores/as e alunos/as; ii) estimular a autoestima, o respeito pelo seu corpo e pelo corpo do outro/as; iii) permitir que a criança viva a sua sexualidade com mais espontaneidade, liberdade e prazer; iv) reduzir as fantasias e ansiedades decorrentes das dúvidas não respondidas; v) esclarecer e amenizar alguns dos muitos mitos e preconceitos relacionados à sexualidade; vi) educar para o respeito à diversidade sexual; vii) incitar o respeito às diferenças de gênero; viii) proteger a criança contra a violência sexual; ix) abrir caminhos para a realização de diálogos mais abertos e francos; x) preparar melhor as crianças para a entrada na adolescência; xi) colaborar na prevenção de uma futura gravidez não planejada e contaminações por doenças sexualmente transmissíveis e AIDS; xii) preparar para uma vivência sexual mais madura, responsável e prazerosa; xiii) valorizar a beleza dessa tão significativa dimensão humana que é a sexualidade.

Considerações finais

Estou ciente de que há inúmeras dificuldades e limitações tanto na família quanto na escola para a realização de trabalhos intencionais de educação sexual numa perspectiva emancipatória. Algumas dessas limitações foram expostas ao

⁴ Disfunção sexual em que há ausência ou inibição de orgasmo após uma fase normal de excitação sexual.

longo deste trabalho, entretanto não há mais como adiarmos o enfrentamento desse desafio. É preciso percorrer o caminho, pois como muito bem disse o poeta espanhol Antonio Machado:⁵

Caminhante, são tuas pegadas
O caminho e nada mais.
Caminhante, não há caminho.
O Caminho se faz andando.

Ao andar se faz o caminho
E ao olhar para trás
Vemos o caminho que nunca voltaremos a pisar
Caminhante, não há caminho, mas rastros no mar.

Depois de elencar e responder a quatro questões recorrentes entre as dúvidas de pais e professores/as resta-me finalizar deixando uma questão: *Que rastros você: pai, mãe, professor e professora têm deixado pelo seu caminho enquanto educadores/as sexuais que são e que rastros pretendem deixar a partir de agora?*

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 196p.
- DEL RIO, C. Hernandez Sanchez. *Educação sexual do 0 aos 6 anos: quando e como abordar*. Lisboa: Editora Papa Letras, 2010. 111p.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide D. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: Ed. UEL, 2001. 183p.
- _____. (Org.). *Múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina: Ed. UEL, 2009. 190p.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152p. Vol. 1.

⁵ Disponível em: <<http://www.poemas-del-alma.com/antonio-machado-caminhante-no-hay-camino.htm>>.

GOLDBERG, Maria Amélia. A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 117p.

GUIMARÃES, Isaura. *Educação sexual na escola: mito e realidade*. São Paulo: Mercado de Letras, 1995. 128p.

HAFFNER, Debra W. *A criança e a educação sexual*. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005. 204p.

NUNES, César A. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papirus, 1987. 141p.

_____. *Filosofia, sexualidade e educação*. As relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação: Unicamp, 1996.

NUNES, César; SILVA, Edna. A. da. *As manifestações da sexualidade da criança: desafios teóricos e subsídios didáticos para pais e educadores*. Campinas, SP: Século XXI, 1997. 151p.

RIBEIRO, Paulo R. (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. 204p.

SILVA, Maria Cecília P. da. *Sexualidade começa na infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. 250p.

SUPLICY, Marta. *Papai, mamãe e eu: o desenvolvimento sexual da criança de zero a dez anos*. São Paulo: FTD, 1999. 88p.

WEREBE, Maria José G. *Sexualidade, política e educação*. Campinas. SP: Autores Associados, 1998. 217p.